

INFLUÊNCIA DOS DISCURSOS RELIGIOSOS EVANGÉLICOS NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 2018 NO BRASIL

INFLUENCE OF EVANGELICAL RELIGIOUS SPEECHES ON THE 2018 PRESIDENTIAL CAMPAIGN IN BRAZIL

Jéssica de Abreu Arruda¹

Guilherme Brum Rodrigues da Costa²

Analice Soares Magalhães³

Resumo: O avanço do conservadorismo, alinhado ao fundamentalismo religioso, é um fato na realidade brasileira, alçando um parlamentar sem nenhuma expressividade à presidência do país, demonstrando a escolha da população por um governo de extrema-direita. Diante de tal quadro, o objetivo deste estudo é abordar, através de uma revisão de literatura, a influência dos discursos religiosos na política brasileira, com ênfase nas eleições de 2018 e seu possível papel na recente mudança na política nacional. A retórica das igrejas neopentecostais, baseada nos valores morais e na família, fez com que as sociedades em que operam se tornassem mais polarizadas, com uma visão em preto e branco, que não aceita nuances e, portanto, exclui qualquer tipo de compromisso ou negociação com as pautas que divergem das suas. Esse maniqueísmo, com seu apelo populista, serviu para fortalecer as perspectivas conservadoras no Brasil, acelerando o declínio dos partidos de esquerda. Assim, se a crescente influência das igrejas evangélicas na política nacional continuar a se fortalecer e ocupar mais espaços, não se pode desconsiderar a possibilidade de sérias reversões no que diz respeito à separação entre Igreja e Estado, embora a primeira não seja mais representada pela hierarquia católica romana, mas por esses grupos religiosos recém-ascendentes. Observa-se, portanto, que os esforços dos evangélicos na legislatura e no Estado sugerem fortemente que sua voz conservadora será uma força cada vez mais poderosa a ser reconhecida.

Palavras-chave: Eleições; Neopentecostalismo; Pentecostalismo; Política; Conservadorismo.

¹ Mestranda em Ciências das Religiões (Faculdade Unida de Vitória); Graduada em Farmácia (Universidade Iguçu, Itaperuna/RJ), jessicafarma@gmail.com

² Mestrando em Ciências das Religiões (Faculdade Unida de Vitória); Graduado em Medicina Veterinária (Universidade Iguçu, Itaperuna/RJ), guilhermebrumm@gmail.com

³ Mestranda em Ciências das Religiões (Faculdade Unida de Vitória); Graduada em Fisioterapia (Universidade Iguçu, Itaperuna/RJ), analice.magalhaes@yahoo.com.br

Abstract: The advancement of conservatism, aligned with religious fundamentalism, is a fact in the Brazilian reality, raising a parliamentarian with no expressiveness to the country's presidency, demonstrating the population's choice by an extreme right government. In view of this situation, the objective of this study is to address, through a literature review, the influence of religious discourses on Brazilian politics, with an emphasis on the 2018 elections and their possible role in the recent change in national politics. The rhetoric of the neo-Pentecostal churches, based on moral values and the family, has made the societies in which they operate become more polarized, with a black and white vision, which does not accept nuances and, therefore, excludes any type of compromise or negotiation. with the guidelines that diverge from yours. This Manichaeism, with its populist appeal, served to strengthen conservative perspectives in Brazil, accelerating the decline of leftist parties. Thus, if the growing influence of evangelical churches in national politics continues to strengthen and occupy more spaces, the possibility of serious reversals regarding the separation of church and state cannot be disregarded, although the former is no longer represented by the hierarchy Roman Catholic, but for these newly ascendant religious groups. It is observed, therefore, that the efforts of evangelicals in the legislature and in the State strongly suggest that their conservative voice will be an increasingly powerful force to be recognized.

Keywords: Elections; Neopentecostalism; Pentecostalism; Policy; Conservatism.

Introdução

A eleição de Jair Bolsonaro, em outubro de 2018, lançou luz sobre o papel da religião na política brasileira. Com o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, o então candidato liderou uma campanha eleitoral sustentada por uma ampla coalizão formada por grupos conservadores, religiosos e de direita heterogêneos, alguns deles claramente apoiando agendas autoritárias. Usando uma retórica política agressiva, baseada no discurso de ódio contra as minorias, se apresentou como defensor dos valores morais cristãos tradicionais, obtendo apoio entusiástico das lideranças das duas maiores denominações neopentecostais brasileiras (Igreja Internacional da Graça de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus - IURD), bem como de alguns membros da ala mais tradicional da Igreja Católica.

O número de evangélicos no Brasil apresenta um aumento constante, especialmente das religiões neopentecostais, enquanto a Igreja Católica tem perdido fiéis ao longo dos anos. Estima-se que, atualmente, cerca de 30% da população seja evangélica, defendendo uma demografia politicamente conservadora que tem ampliado rapidamente sua influência no poder político do país (TEIXEIRA; MENEZES, 2013).

Apesar de nem todos os conservadores apoiarem o autoritarismo, muitos anseiam por um retorno às normas sociais, cuja perda atribuem à agenda social de esquerda de proteger minorias e promover a diversidade que, segundo os evangélicos, é uma agenda que contradiz os valores da família. Nesse contexto, o apoio de grupos religiosos foi fundamental para Jair Bolsonaro obter votos, inclusive de setores da classe trabalhadora brasileira, e derrotar o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad (MACHADO, 2018).

Observa-se, portanto, que o avanço do conservadorismo, alinhado ao fundamentalismo religioso, é um fato na realidade brasileira, alcançando um parlamentar sem nenhuma expressividade à presidência do país, demonstrando a escolha da população por um governo de extrema-direita. Diante de tal quadro, o objetivo deste estudo é abordar, através de uma revisão de literatura, a influência dos discursos religiosos na política brasileira, com ênfase nas eleições de 2018 e seu possível papel na recente mudança na política nacional.

A influência religiosa na política brasileira

A religião sempre teve um papel importante na política brasileira. Desde a colonização portuguesa até o fim da Monarquia, em 1889, o Estado e a Igreja Católica estiveram fundidos através do sistema de patrocínio entre a Santa Sé e a Coroa Portuguesa e, depois de 1822, à Coroa Brasileira. A separação formal entre Estado e Igreja foi estabelecida pela Constituição Republicana de 1891. No entanto, essa cisão não encerrou a manutenção dos valores morais católicos como uma característica definidora de muitos artigos constitucionais, como a proibição do divórcio em casamentos civis, abolida apenas em 1977 (MAINWARING, 2004).

Também não impediu o clero católico de se envolver em políticas nos níveis local, estadual e nacional. Sacerdotes, bispos e outras autoridades católicas participaram direta ou indiretamente de alguns eventos políticos cruciais, apoiando grupos conservadores e de direita, como no golpe de estado de 1964, ou defendendo os direitos humanos e outros movimentos sociais que lutavam pela democratização, na década de 1980. Nesse sentido, a presença da religião tem sido uma característica crucial da política brasileira (QUADROS, 2015).

A partir do início do século XX, as igrejas pentecostais começaram a surgir no país, como a Congregação Cristã, em 1910, seguida da Assembleia de Deus, um ano depois, tornando-se, até a década de 1950, a igreja pentecostal de maior expressividade. Entretanto, essas denominações religiosas não buscavam, até então, influenciar a política do país, mantendo-se à margem dos processos políticos (ALENCAR, 2015).

Diante do surgimento dessas religiões no país e o protagonismo dos sindicatos, a Igreja Católica começou a criar associações, nas quais os operários eram estimulados a combaterem posições de esquerda, criando, posteriormente, a Liga Eleitoral Católica (LEC), a fim de estipular aos fiéis para que votassem naqueles candidatos considerados alinhados à igreja e identificar os que não deveriam receber votos. Essa estratégia mostrou-se bem sucedida, tornando possível, por meio desses candidatos eleitos, influenciar as leis, os valores cristãos e a busca pela restauração da hegemonia católica no país (SILVA, 2017).

Entre 1930 e 1945, durante o Governo Vargas, a Igreja Católica manteve uma aliança

política com o governo, especialmente através do combate ao comunismo. No Período Democrático (1945-1964), o anseio popular por uma renovação na igreja e os governos não terem tanto interesse em impedir pautas mais progressivas, aliado a uma maior urbanização e industrialização, as igrejas pentecostais começam a ter maior protagonismo na vida social, entretanto, estas ainda se mantinham afastadas da vida política. Nesse período, surgem no Brasil novas denominações pentecostais que logo se inseriram amplamente nas classes populares, como a Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Deus é Amor e a Igreja Brasil para Cristo, que foi a primeira igreja pentecostal a eleger um representante para o Congresso Nacional (MAINWARING, 2004).

Com o golpe civil-militar, em 1964, e o período de 21 anos de governos autoritários, a Igreja Católica se aproximou novamente da política, apoiando o regime e, com isso, lhe dando legitimidade. De acordo com Silva (2017, p. 233), até esse período, “parece que qualquer possibilidade de transformação social mais profunda era suficiente para mobilizar a aliança entre essas esferas, com o intuito de enfraquecer opositores internos e/ou externos ao que estava vigente nas estruturas destas instituições”.

Entretanto, na década de 1970, alguns setores mais progressistas da Igreja Católica passaram a contestar o regime militar e a desenvolver um discurso em que se combatia as desigualdades sociais, os grandes latifúndios, a acumulação financeira e a autoridade política antidemocrática, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Nessa mesma década, surgiram a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), introduzindo o neopentecostalismo e alcançando um expressivo número de fiéis (PIERUCCI; PRANDI, 1996).

O Brasil, considerado o país com a maior população católica do mundo, foi governado por chefes de Estado católicos ao longo da sua história, com exceção do general Ernesto Geisel, um cristão evangélico que governou o país de 1974 a 1979, durante a ditadura civil militar e Fernando Henrique Cardoso, agnóstico. Entretanto, o campo da religião sofreu mudanças drásticas nas últimas décadas e a crescente participação dos evangélicos⁴ na política institucional é possivelmente um dos pontos mais importantes

⁴ O termo ‘evangélicos’ utilizado neste estudo abrange tanto as denominações protestantes históricas quanto as (neo) pentecostais. Ainda assim, no que diz respeito ao envolvimento nas eleições e na política partidária, é inegável a importância dos neopentecostais, que têm sido muito ativos na política, desde a elaboração da

dessas mudanças (QUADROS, 2015).

A ascensão dos evangélicos pode ser explicada por alguns fatores econômicos e sociais: o êxodo rural, na segunda metade do século XX, confrontou uma população rural, possuidora de valores religiosos mais tradicionais, com uma sociedade urbana católica secularizada, levando-a a refugiar-se nas igrejas pentecostais, moralmente mais estritas, conservadoras e puristas (ALENCAR, 2015).

A pobreza, o desemprego e a violência nas áreas periféricas das grandes cidades, levaram a população menos favorecida a encontrar apoio material e psicológico nessas igrejas, que também ofereciam reuniões voltadas à cura do alcoolismo e das drogas, arrebanhando principalmente mulheres, em busca de superar os problemas domésticos com maridos e filhos. Assim, para uma população que sofria terríveis condições de vida, em choque pela perda seus valores tradicionais acrescido do sentimento de isolamento promovido nas grandes cidades, a mensagem dessas igrejas teria sido muito atraente (MACHADO, 2018).

Outro fator importante se refere à Teologia da Prosperidade, característica das igrejas neopentecostais, ao pregar que Deus recompensa a fé e o dizimo com bênçãos financeiras, saúde e poder.

A Teologia da Prosperidade inicia sua trajetória no Brasil nos anos 70. Desde então penetrou em muitas igrejas e ministérios paraeclesiais, em especial: Internacional da Graça, Universal, Renascer em Cristo, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Nova Vida, Bíblica da Paz, Cristo Salva, Cristo Vive, Verbo da Vida, Nacional do Senhor Jesus Cristo, Adhonet, CCHN, Missão Shekinah. Para os defensores da Teologia da Prosperidade, a expiação do Cordeiro libertou os homens da escravidão ao Diabo e das maldições da miséria, da enfermidade, nesta vida, e na segunda morte, no além. Os homens, desde então, estão destinados à prosperidade, à saúde, à vitória, à felicidade. Para alcançar tais bênçãos, garantir a salvação e afastar os demônios de sua vida, basta o cristão ter fé incondicional e inabalável em Deus, exigir seus direitos em alta voz e em nome de Jesus e ser obediente e fiel a Ele no pagamento dos dízimos (MARIANO, 2012, p. 151).

vale ressaltar que o discurso da Teologia da Prosperidade tem sido repercutido em igrejas pentecostais clássicas, como a Assembleia de Deus. Nessa concepção, Jesus teria ficado pobre para que aquele que o segue ficasse rico. Nesse contexto, os seguidores do neopentecostalismo, especialmente aqueles que foram mais bem-sucedidos economicamente, tornando-se parte da nova classe média, tendem a votar nos candidatos conservadores.

A ascensão do conservadorismo evangélico na política brasileira

A ascensão do conservadorismo evangélico foi possibilitada por uma política de moralidade, assumindo questões relativas à vida, família, sexualidade e papéis de gênero, articulando-os e alavancando-os à política. Os evangélicos conservadores representam o maior grupo dentro das crenças neopentecostais no Brasil e mobilizaram com sucesso seus fiéis com base em sua fé e valores morais. Os católicos, por outro lado, são divididos entre conservadores e progressistas e não foram capazes de motivar as congregações a se unirem em torno das questões da mesma maneira. Assim, quando católicos conservadores se fundem, o fazem com seus aliados evangélicos conservadores, em uma tendência que desafia o futuro do estado secular brasileiro, pois a política tem sido fortemente influenciada por ideais religiosos conservadores (SEVERO et al., 2019).

Apesar dos discursos secularistas nas últimas décadas do século XX, na virada do milênio, como se fosse uma lembrança repentina da ocasião simbólica da celebração do nascimento de Jesus, ou talvez inspirado por sua sugestão apocalíptica, a cristandade retornou às agendas da teoria social e da opinião pública e o outro lado da moeda da secularização tem sido a do fundamentalismo e conservadorismo (GIFFORD, 2015).

Tal conjuntura não ocorre somente no Brasil, sendo percebida em diversas partes do mundo. De acordo com Almeida:

Olhando de sobrevoos aquilo que é percebido no debate público como fazendo parte da onda, as alternativas são bastante variadas e possuem velocidades diferentes conforme as nacionalidades e regiões do mundo. Diversas análises tendem a concordar quanto ao declínio da democracia liberal e ao endurecimento repressivo de regimes políticos escolhidos via procedimentos

democráticos. Nas recentes eleições na Europa, destacaram-se partidos de direita ou extrema direita, os quais, se não chegaram a vencer os pleitos, tiveram um bom desempenho nas urnas, como na França, onde o Partido Socialista praticamente colapsou, e no Reino Unido, cuja saída da Comunidade Europeia (o Brexit) foi um fechamento protecionista contra, sobretudo, a chegada de imigrantes europeus e não europeus. Sem falar dos Estados Unidos e da eleição de Donald Trump, com seu discurso antiglobalista e pós-fascista (ALMEIDA, 2019, p. 186).

O Brasil tem sido palco de uma polarização cada vez mais acirrada entre progressistas e conservadores. Tal situação é considerada o resultado de uma agenda governamental implementada pelo Partido dos Trabalhadores, desde 2003, que busca acolher as reivindicações de minorias geralmente excluídas das políticas públicas, com pautas relacionadas à sexualidade e reprodução. Em contrapartida, é cada vez maior o número de parlamentares conservadores, oriundos principalmente das igrejas neopentecostais, formando a Frente Parlamentar Evangélica, mais conhecida como bancada evangélica (DIP, 2018).

Entretanto, antes disso, os evangélicos, especialmente os neopentecostais, já ocupavam espaço no Congresso Nacional. Nas eleições de 1986, a primeira após o período militar, o número de legisladores protestantes eleitos foi de 36, sendo 20 neopentecostais. Desde então, este número só tem aumentado, com exceção de 2006, quando vários se envolveram em escândalos com fraudes. Desde a última eleição, entre padres, bispos e pastores, além de políticos conservadores, a bancada evangélica conta com mais de 200 parlamentares, sendo 193 deputados e 8 senadores, o que representa 37% dos deputados federais e 10% dos senadores (ALMEIDA, 2019).

Observa-se, portanto, que a bancada evangélica tem ocupado cada vez mais espaço no parlamento, tendo em comum, em um primeiro momento, a defesa de pautas religiosas e conservadoras e a busca pelo impedimento de temas voltados aos direitos reprodutivos e da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) e a pretensão de avançar em pautas próprias. É composta, em sua maioria, por pastores, bispos, sacerdotes, missionários e cantores gospel, mas também possui participação de políticos conservadores. Vale ressaltar, que nem todos os candidatos evangélicos são apoiados por

igrejas ricas e influentes, entretanto, têm conquistado eleitores da nova classe média baixa, cujos números aumentaram muito sob o governo do Partido dos Trabalhadores, no poder de 2003 a 2016 (CUNHA, 2017).

Igrejas pentecostais e neopentecostais, como a Assembleia de Deus e a IURD, influenciadas pela Teologia da Prosperidade, passaram a utilizar várias formas de mídia para alcançar públicos maiores, começando pelas estações de rádio locais, nas décadas de 1960 e 1970. Em 1989, a IURD comprou uma rede nacional de televisão, a Rede Record, hoje a segunda maior rede do Brasil. Atualmente, só a IURD conta com mais de 20 estações de televisão e 50 estações de rádio, além de editoras e estúdios. Assim, o alcance dessas organizações religiosas não está somente se expandindo em termos de números de seguidores, mas também em termos de influência na política do governo (PY; LELLIS, 2018).

Entretanto, se até então os evangélicos almejavam cargos no Legislativo, tornando-se campeões de votos, em 2016, elegeram para o Executivo da cidade do Rio de Janeiro o bispo Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo, fundador da IURD, demonstrando uma mudança para a direita no Brasil e tornando-se o primeiro membro do clero evangélico do país a chegar a um alto cargo executivo, além de estabelecer o padrão de apoio de algumas igrejas a candidatos oriundos de suas fileiras, através de campanhas dispendiosas e com sermões dos pastores nos púlpitos das igrejas físicas e nos programas televisivos (CUNHA, 2017).

Assim, embora políticos evangélicos há muito tempo tenham feito incursões no Congresso Nacional, formando uma bancada cristã conservadora há décadas, caberia a Crivella demonstrar que um clérigo pode liderar uma administração sem se envolver com muitas etnias, religiões e tensões políticas que coexistem na antiga capital do país e conhecida por sua diversidade religiosa, social e cultural.

Os congressistas evangélicos defendem valores cristãos conservadores e barram qualquer iniciativa pró-reprodutiva e de direitos sexuais. Juntamente com congressistas católicos, esses parlamentares têm assegurado o papel da religião na sociedade, mantendo os efeitos civis dos casamentos religiosos e da educação religiosa, além de garantir concessões públicas de rádio e TV e recursos financeiros para suas igrejas (PY; LELLIS, 2018).

Desde meados dos anos 1990, a Assembleia de Deus e a IURD traçam uma estratégia política baseada no apoio (logístico e financeiro) aos candidatos a cargos legislativos. Ambas as Igrejas têm comitês que selecionam candidatos alinhados com suas diretrizes ideológicas e políticas. Uma vez eleitos, esses candidatos atuam como um lobby para os interesses de suas denominações. Tais interesses são muito heterogêneos e os congressistas evangélicos têm sido hábeis em adaptar suas demandas às agendas presidenciais. Membros do comitê evangélico estavam presentes em todas as coalizões presidenciais desde a década de 1990, tanto nas administrações de centro-direita quanto nas de centro-esquerda (SILVA, 2017).

Outro setor social que vem sendo dominado por essa inserção religiosa e eleitoral é o dos próprios partidos políticos. Se anteriormente, não ocorreria a nenhum deles investir em candidaturas de evangélicos, hoje, no entanto, todos os partidos querem conquistar o voto evangélico, ou pelo menos ter um pastor em suas fileiras, como forma de ganhar a simpatia dos eleitores conservadores (TEIXEIRA; MENEZES, 2013).

Assim, na atualidade brasileira, os discursos religiosos influenciam diretamente as políticas públicas do país. Essa revolução silenciosa não se limitou, portanto, ao crescimento numérico de seguidores, que enterrou cinco séculos de monopólio religioso católico em toda a América Latina, mas alcançou uma penetração pública e política bem planejada, com supostos fundamentos teológicos, frequentemente complementados por ambições políticas personalistas dos líderes dessas igrejas. Além disso, a agenda moral evangélica (pró-vida e pró-família) conseguiu transcender barreiras denominacionais e atrai tanto evangélicos quanto católicos às suas fileiras. Nesse sentido, pode-se afirmar que, em 2018, houve a consolidação das igrejas neopentecostais como novos atores na política brasileira (RODRIGUES, 2019).

A campanha presidencial de 2018 e a influência evangélica

Desde a eleição presidencial de 2014, o Brasil testemunhou um período de grande instabilidade política e o fortalecimento de movimentos sociais conservadores; um dos momentos mais críticos foi o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. O pedido de impeachment foi aceito pelo parlamentar neopentecostal Eduardo Cunha⁵, que na época era presidente da Câmara. O ativismo religioso dos parlamentares pode ser assistido em cadeia nacional, através dos votos marcados por uma série de justificativas conservadoras e religiosas (por Deus, pela família, pela moral), em lugar de explicitarem os motivos de cunho político ou jurídico (BOITO JÚNIOR, 2016).

A partir de então, e diante da grave crise econômica que o país atravessava, difundiu-se entre muitos brasileiros um sentimento generalizado de anti-política, anti-PT e anti-sistema, com uma radicalização das classes média e alta, determinadas a destruir o projeto de redistribuição de renda e políticas sociais voltadas à população mais carente. Nesse contexto, pode-se somar a crescente ascensão do conservadorismo religioso, ampliando sua influência nos meios políticos, e o crescimento do populismo penal, alavancado pelos altos níveis de violência. Segundo Almeida (2019, p. 192), a conjuntura brasileira, diante de várias crises, desdobrou um mesmo processo social em duas coordenadas:

Na horizontal, o movimento de perda de legitimidade do sistema político com a judicialização da política e a politização da justiça, e, na vertical, o descompasso entre esse sistema e a sociedade. Duas dimensões ortogonais do mesmo processo, cuja temporalidade é caracterizada pela percepção coletiva de insegurança, incertezas, imprevisibilidade, insubordinações, intensidade e inflexões políticas

E foi nessa conjuntura que Jair Bolsonaro, um deputado federal do baixo clero, que aprovou somente dois projetos em 27 anos de legislatura, tendo sido filiado a nove partidos

⁵ Eduardo Cunha, político evangélico da Assembleia de Deus, foi apresentador em uma rádio evangélica e chegou ao Congresso Nacional em 2003, através do apoio da direita cristã. Tornou-se um dos políticos mais influentes do país até ser destituído da presidência da Câmara dos Deputados, em 2016. Acusado de lavagem de dinheiro e de aceitar subornos na ordem de 5 milhões de dólares, foi preso pela Lava Jato. Atualmente, encontra-se em prisão domiciliar.

políticos, automeando-se como candidato antissistema e se beneficiando do apoio de instituições tradicionalmente conservadoras, como as igrejas pentecostais, neopentecostais e as forças de segurança, além de representar os setores financeiro e do agronegócio, bem como o lobby das armas, tornou-se um candidato expressivo à presidência do Brasil (ALMEIDA, 2019).

Como em qualquer tendência envolvendo um grande número de pessoas e acontecimentos, não há uma explicação única para o bolsonarismo ter se tornado tão popular. Seu apelo às pessoas de baixa renda pode se dever ao grave momento de crise e, como o PT esteve no poder por treze anos, com ou sem razão, foi considerado o primeiro culpado quando a crise da economia e os escândalos de corrupção vieram à tona simultaneamente. Os dois anos seguintes, comandados pelo MDB e PSDB, também foram manchados por crises políticas, sem melhoras na economia. Tal situação levou grande parte da população a uma rejeição aos principais partidos, fossem de direita ou esquerda, tornando-se receptiva a qualquer candidato que se mostrasse distante (RIBEIRO, 2018).

Outro fator que pode ser considerado importante para a eleição de Bolsonaro se refere a um discurso de combate à violência a qualquer custo. Sabe-se que especialmente as grandes cidades possuem altos índices de criminalidade, onde muitas vezes a polícia parece incapaz de impedir ou minimizar a situação, surgindo grupos que buscam a vingança fora da lei. Assim, parece existir uma guerra paramilitar oculta e difusa contra criminosos, e, enquanto os partidos da esquerda e da direita recriminam publicamente esses atos, Bolsonaro alegava que a solução era o afrouxamento do controle de armas e remoção das restrições legais à violência policial, o que, indiretamente, acaba por beneficiar esses grupos paramilitares. Assim, angariou muitos votos da população que sofre cotidianamente com a violência, por acreditarem que esse quadro poderia ser mudado (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2018).

Entretanto, milhões dos votos amealhados se devem a razões religiosas. Através da influência das igrejas neopentecostais, que alavancaram sua influência entre os seguidores, haja vista essas denominações religiosas terem construído uma poderosa máquina clientelista, utilizando os cultos para a propaganda política, onde incutiram entre os fiéis, muitos oriundos das classes mais baixas e com menor escolaridade, a ideia do perigo do

comunismo e de uma pauta anti-cristã por parte dos demais candidatos e, em especial, do representante do Partido dos Trabalhadores, com quem Bolsonaro disputou o segundo turno das eleições (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018).

Exemplo desta influencia é relatada por Rodrigues (2019, p. 176), ao descrever uma mensagem de voz, enviada por um pastor da Igreja Batista, através do aplicativo WhatsApp aos fiéis, indicando aqueles candidatos que deveriam receber os votos dos seus seguidores, ressaltando que todos foram eleitos, onde afirma que “quero passar uma cola para os irmãos. Penso que Bolsonaro seria um bom presidente. Bolsonaro 17. Segundo, governador do estado do Rio de Janeiro, Witzel, vai fazer um bom governo. Para senador, Flávio Bolsonaro, 177”.

Jair Bolsonaro escolheu como tema de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. A primeira frase é uma alusão aos seus dias como paraquedista militar e a segunda um aceno para o crescente poder e influência dos evangélicos no Brasil. Assim, o então candidato, que se declara católico, mas que teria sido batizado no rio Jordão, em 2016, pelo Pastor Everaldo, da Assembleia de Deus, presidente do Partido Social Cristão (PSC), teve sua campanha calcada no conservadorismo que muito agradou aos grupos de menor renda, opondo-se aos direitos das mulheres e LGBT, contra o aborto, questões de gênero, chegando a apoiar o projeto Escola sem Partido, por entender que as instituições educacionais são doutradoras (BULGARELLI, 2018).

O fato de muitos católicos apoiarem Bolsonaro por razões semelhantes sugere que ele represente uma faixa ampla, e não uma tensão sectária estreita, de opinião religiosa conservadora, que espera que o político, por ser evangélico, resolva todos os problemas do país. Segundo Freston (2006, p. 10):

Em torno dos candidatos evangélicos há líderes e membros da igreja com uma expectativa “messiânica” de que aquele candidato evangélico canalizará automaticamente as bênçãos de Deus sobre o Brasil, resolvendo todos os problemas que nos afligem. Esse messianismo é muito perigoso, para o país e para a Igreja. Ao contrário do que muitas vezes se afirma, a última parte do homem a se converter não é o bolso, é o fascínio pelo poder.

Assim, enquanto a Igreja Católica se mostrou dividida, evitando qualquer confronto com poderosos fundamentalistas, a influente IURD, com seu fundador, Edir Macedo, declarou abertamente seu apoio a Bolsonaro. Observa-se a força desse apoio quando se constata que o então candidato só participou de dois debates promovidos pelas redes de televisão, preferindo dar longas entrevistas, nos mesmos horários desses debates, na Rede Record, onde Edir Macedo é proprietário.

De acordo com Almeida (2019), muitos brasileiros preocupam-se com a política de forma sazonal, ou seja, nos períodos de eleição ou de escândalos, não a vivenciando cotidianamente de forma engajada e participativa. Suas informações advêm da TV aberta, de onde o tema da pauta diária era o combate a corrupção. Nas últimas eleições, as redes sociais e a plataforma digital WhatsApp também serviram de fonte de informações (verdadeiras e falsas), sendo utilizadas para alavancar campanhas de tal forma que atualmente existe uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) voltada a desvendar o uso dessas ferramentas de mensagens nas campanhas.

A Folha destacou que no período eleitoral recebeu 1.339 mensagens pelo aplicativo em questão. 97% eram informações distorcidas ou falsas. O Datafolha registrou que 6 em cada 10 eleitores de Bolsonaro acessam o WhatsApp para lerem e trocarem mensagens e que 71% deles possuem contas em redes sociais. E o Monitor do Debate Político da Universidade de São Paulo informou que os apoiadores do mesmo candidato movimentaram 38 milhões de interações (os conteúdos destas interações traziam temas como: antifeminismo, antipetismo e antimídia) (RODRIGUES, 2019, p. 173).

Observa-se, portanto, que o eleitor do então candidato esteve ativamente engajado na campanha virtual, inteirando-se do conteúdo veiculado e repassando-o, independente de sua veracidade.

Assim, Bolsonaro, conhecido nacionalmente por seus comentários agressivos sobre a mídia, que defendia publicamente a tortura e as mortes durante a ditadura militar, a proibição de direitos humanos e outras propostas autoritárias, tornou-se o candidato oficial das igrejas neopentecostais. Desde 2011, já utilizava amplamente a agenda moral, particularmente a oposição às mulheres e os direitos da comunidade LGBT, para garantir o

apoio da bancada evangélica. Inspirado pelo exemplo bem-sucedido de Donald Trump em forjar uma ampla coalizão conservadora nas eleições dos EUA, em 2016, Bolsonaro converteu a agenda moral conservadora cristã em uma das pedras angulares de sua plataforma eleitoral em 2018 (SOLANO, 2018).

As lideranças evangélicas viram em Bolsonaro uma oportunidade de ter uma posição mais ativa no poder nacional. É importante sublinhar que muitas dessas lideranças se apoiaram amplamente na retórica das guerras espirituais em seu trabalho missionário contra feministas, LGBT, seguidores de religiões afro-brasileiras, que são retratados como feiticeiros, inimigos da família, ameaças à sociedade e aos bons cidadãos. Essas guerras espirituais foram baseadas em uma lógica antagonica de nós (povo de Deus) contra eles, na qual o significado de eles foi recentemente ampliado para incluir esquerdistas, pensadores livres, marxistas e ideólogos de gênero (MOURA; CORBELLINI, 2019).

Em um contexto de crescente exposição de escândalos de corrupção envolvendo políticos de alto nível, alguns deles vinculados ao PT, as lideranças evangélicas apontam a visibilidade de questões feministas e LGBT, causadas parcialmente por algumas políticas implementadas durante o governo Lula, como prova da corrupção moral em que o PT imergiu o Brasil. Esse discurso permitiu uma articulação entre a agenda moral forjada pelo comitê evangélico e o amplo sentimento antipetista na sociedade, permitindo que Bolsonaro se retratasse não apenas como o candidato comprometido com os valores morais cristãos, mas também como o único capaz de salvar o Brasil do PT (RIBEIRO, 2018).

Uma vez eleito, Bolsonaro concedeu maior voz às lideranças evangélicas em seu governo, deixando a elas a nomeação de ministérios importantes, como o da educação e da família, mulheres e direitos humanos. Até a política externa brasileira sofreu uma reviravolta, em parte por causa da influência mais forte do grupo evangélico. Exemplos dessa mudança são a aproximação a Israel e o apoio a iniciativas anti-gênero em fóruns internacionais. Apesar das medidas impopulares e da crescente rejeição de Bolsonaro entre os eleitores em geral, os evangélicos ainda são um dos principais apoiadores de seu governo. A posição privilegiada dos evangélicos em seu governo demonstra claramente o caráter orgânico dessa aliança (MOURA; CORBELLINI, 2019).

Sua eleição parece cristalizar uma frente política conservadora composta por lobbies

do agronegócio, evangélicos, pró-armas e pró-finanças em torno de uma agenda autoritária cristã de extrema-direita que visa hegemonizar a política brasileira. A situação internacional, caracterizada pela ascensão de governos autoritários, inclusive em democracias bem estabelecidas, como os EUA, e o contexto interno, marcado pela fragmentação do espectro do centro-esquerda e pelo empoderamento dos extremistas de direita no sistema político, não impõem nenhum controle à ação dessa frente conservadora e a posição ambígua da Igreja Católica em relação ao governo Bolsonaro não contribui para mudar essa tendência.

Considerações Finais

A vitória de Bolsonaro não pode ser simplesmente explicada por suas afiliações religiosas. Ele também foi eleito por uma grande maioria das pessoas instruídas e com maior salário. Mesmo cerca de 30% das pessoas LGBT, que divergem das normas heterossexuais, e quase metade dos afro-brasileiros votaram em Bolsonaro, apesar dos discursos difamatórios contra minorias sexuais e étnicas.

Além disso, uma análise da distribuição dos votos deve levar em conta a crise que o país está passando. Ela tem permeado a sociedade como um todo. O povo atribui essa crise à corrupção e às administrações anteriores chefiadas pelo Partido dos Trabalhadores. Em contrapartida, durante a campanha, Bolsonaro conseguiu se posicionar como a antítese da velha política. No entanto, o apoio das igrejas pentecostais foi fundamental e Bolsonaro sempre as teve em seu radar. Nos discursos, por exemplo, ele cita regularmente a Bíblia. Três anos atrás, ele e seus três filhos, Flavio, Carlos e Eduardo, foram batizados nas águas do rio Jordão, no nordeste de Israel.

Nos últimos anos, as igrejas evangélicas têm adquirido um papel cada vez mais central na vida política da América Latina. A crescente insatisfação com a democracia e a acentuada deterioração dos partidos políticos tradicionais e das instituições democráticas são um fator que acelerou o processo, mas não o único. Outros elementos a serem lembrados são a forte presença de denominações pentecostais e neopentecostais entre as massas, auxiliada pela retirada dos partidos de esquerda e da Igreja Católica; a inclusão

em sua retórica de uma defesa inabalável da chamada agenda baseada em valores, que inclui a rejeição do casamento entre pessoas do mesmo sexo, aborto e divórcio, entre outras questões.

Embora essas igrejas inicialmente restringissem seu envolvimento na política aos níveis local e regional, seu novo protagonismo os encorajou a elevar seus olhos. Assim, tornou-se evidente uma maior presença na política nacional, com avanços notáveis como os que foram recentemente garantidos nas eleições de 2018. Não é um fenômeno independente, no entanto, mas a extensão do seu poder e influência que os políticos tradicionais, de todas as denominações políticas e ideológicas, estão tentando obter como aval para suas próprias causas.

Dito isso, a retórica das igrejas neopentecostais, baseada nos valores morais e na família, fez com que as sociedades em que operam se tornassem mais polarizadas, com uma visão em preto e branco, que não aceita nuances e, portanto, exclui qualquer tipo de compromisso ou negociação com as pautas que divergem das suas. Esse maniqueísmo, com seu apelo populista, serviu para fortalecer as perspectivas conservadoras no Brasil, acelerando o declínio do partido de esquerda.

Assim, se a crescente influência das igrejas evangélicas na política nacional continuar a se fortalecer e ocupar mais espaços, não se pode desconsiderar a possibilidade de sérias reversões no que diz respeito à separação entre igreja e Estado, embora a primeira não seja mais representada pela hierarquia católica romana, mas por esses grupos religiosos recém-ascendentes. Observa-se, portanto, que os esforços dos evangélicos na legislatura e no Estado sugerem fortemente que sua voz conservadora será uma força cada vez mais poderosa a ser reconhecida.

Referências

ALENCAR, G. *Presença Evangélica no Brasil atual: remédio ou veneno? Observatório da Religião*, v. 2, p. 130-152, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/Religiao/article/view/832>. Acesso em: 19 mar. 2020.

ALMEIDA, R. *Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira*. *Novos estud. CEBRAP*, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/v38n1/1980-5403-nec-38-01-185.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

BOITO JÚNIOR, A. *Os atores e o enredo da crise política*. In: SINGER, A. et al. *Por Que Gritamos Golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

BULGARELLI, L. *Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos 2010*. In: SOLANO, E. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

CIOCCARI, D.; PERSICHETTI, S. *Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro*. *Revista Alterjor*, v. 2, n. 18, p. 201-214, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/144688>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CUNHA, M. N. *Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital*. Curitiba: Prismas, 2017.

DIP, A. *Em Nome de Quem?: uma bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FRESTON, P. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa: Ultimato, 2006.

GIFFORD, P. *The prosperity theology of David Oyedepo, Founder of Winners Chapel*. In: HEUSER, A. (Ed.). *Pastures of plenty: tracing religio-scapes of prosperity gospel in Africa and beyond*. Frankfurt: Peter Lang, 2015.

MACHADO, M. D. C. *Religion and moral conservatism in brazilian politics*. *Politics and Religion Journal*, v. 12, n. 1, p. 55-74, 2018. Disponível em: <https://www.politicsandreligionjournal.com/index.php/prj/article/view/288/318>. Acesso em: 3 abr. 2020.

MAINWARING, S. *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARIANO, R. *Mudanças no campo religioso brasileiro no censo 2010. Debates do NER*, Porto Alegre, n. 24, v. 2, p. 119-137, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/43696/0>. Acesso em: 28 abr. 2020.

MOURA, M.; CORBELLINI, J. *A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu*. São Paulo: Record, 2019.

PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. *Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista*. In: SOLANO, E. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

PY, F.; LELLIS, N. *Religião e política à brasileira: ensaios, interpretações e resistência no país da política e da religião*. São Paulo: Terceira Via, 2018.

QUADROS, M. P. R. *Conservadorismo à brasileira: sociedade e elites políticas na contemporaneidade*. 2015. 273f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7554/3/474512%20-%20Texto%20Completo.pdf>. Acesso em: 5 maio 2020.

RIBEIRO, M. M. *Antipetismo e conservadorismo no Facebook*. In: SOLANO, E. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo. Boitempo, 2018.

RODRIGUES, N. L. R. *Evangélicos e a sociedade em rede: as eleições de 2018 e o impacto das redes sociais no Brasil. Reflexus*, v. 13, n. 21, p. 165-183, 2019. Disponível em: <http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/reflexus/article/view/962>. Acesso em: 6 maio 2020.

SEVERO, R. G.; GONCALVES, S. R. V.; ESTRADA, R. D. *The Diffusion Network of the School*

without Party project on Facebook and Instagram: conservatism and reactionarism in the Brazilian conjuncture. Educ. Real., v. 44, n. 3, e84073, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v44n3/2175-6236-edreal-44-03-e84073.pdf>. Acesso em: 3 maio 2020.

SILVA, L. G. T. *Religião e política no Brasil.* Revista Latino@merica, v. 64, n. 1, p. 223-256, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S166585741730008X>. Acesso em: 9 abr. 2020.

SOLANO, E. *Crise da democracia e extremismos de direita.* São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2018.

TEIXEIRA, F. L. C.; MENEZES, R. C. (Org.). *Religiões em movimento: o Censo de 2010.* Petrópolis: Vozes, 2013.

Submissão do texto: 12/05/2020

Aprovação do texto: 01/07/2020